



Ata de Reunião

Código:

FOR-DIGES-004-04
(V.00)

Comitê de Políticas Penais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (COMPP)

Pauta: Câmara Temática 1: Do Plano Estadual Pena Justa

Dia: 13/04/2026

Horário:
9h

Local: sala de reuniões 2º andar(edifício sede do Tribunal de Justiça)

Observações

1. VISÃO GERAL

A reunião foi convocada para deliberar sobre os achados críticos registrados durante a visita institucional realizada pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) em 27/03/2026. O foco central foi o pavilhão de regime provisório de Rio Branco, que apresenta condições operacionais e estruturais severas que demandam intervenção imediata. Foi apresentado um cenário de **extrema precariedade**, caracterizado por:

- **Crise Estrutural:** Presença de umidade excessiva, paredes mofadas, banheiros entupidos e falta de saneamento básico.
- **Superlotação Crítica:** Relatos de celas projetadas para duas pessoas abrigando até dez, e alas com 261 detentos distribuídos em apenas 25 celas.
- **Insalubridade:** As condições foram classificadas como desumanas, comprometendo a saúde dos detentos e inviabilizando processos de ressocialização.

2. DETALHAMENTO DO DIAGNÓSTICO (ACHADOS DO GMF)

O Juiz de Direito Robson Ribeiro apresentou um relato detalhado da inspeção, destacando:

- **Insalubridade Extrema:** Verificação de umidade excessiva, paredes mofadas, falta de pintura e acúmulo de água no chão, especialmente no "pavilhão verde" e na cozinha.
- **Colapso de Saneamento:** Banheiros entupidos há semanas e falhas graves na rede de esgoto e escoamento.
- **Superlotação Crítica:** Registro de celas dimensionadas para 02 pessoas abrigando até 10 detentos; em um caso específico, 261 pessoas ocupavam apenas 25 celas.
- **Impacto Jurídico:** Aumento exponencial de pedidos de transferência e atendimento jurídico junto à Defensoria Pública devido à precariedade das condições de custódia.

3. ANÁLISE DE ENTRAVES E GESTÃO ESTRUTURAL

- **Barreiras Burocráticas:** Identificou-se que, embora existam recursos disponíveis, a tramitação interna na SEOP é lenta. Há projetos concluídos para os blocos C, D e E, porém sem definição clara de inclusão orçamentária imediata.
- **Interlocução Institucional:** Relatou-se dificuldade na comunicação entre os órgãos (IAPEN, SEOP e Defensoria), o que fragmenta as ações de reforma.
- **Continuidade Administrativa:** A alta rotatividade na gestão do IAPEN foi citada como um fator que impede a consolidação de fluxos de trabalho e vínculos institucionais duradouros.

4. REFERÊNCIAS E SOLUÇÕES PROPOSTAS

Foram debatidos modelos de sucesso e inovações para modernizar o sistema:

- **Benchmarking (Maranhão):** Destaque para o índice de 70% de empregabilidade dos presos em atividades industriais.
- **Tecnologia:** Proposta de adoção de Business Intelligence (BI) inspirado no modelo do Pará para monitorar vulnerabilidades e vagas.
- **Central de Regulação:** Criação de um sistema de regulação de vagas para gerir a ocupação das celas de forma técnica.
- **Novos Modelos de Contratação:** Avaliação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e contratação de empresas especializadas em arquitetura prisional (exemplo do Espírito Santo).

5. DELIBERAÇÕES E TAREFAS PENDENTES (ACTION PLAN)

- **SEOP:** deve apresentar uma análise detalhada do status dos projetos de reforma e confirmar formalmente os prazos para início das obras nos blocos C, D e E com caráter imediato.
- **Defensoria Pública:** ficou responsável por avaliar e organizar a realização de mutirões de atendimento jurídico e audiências voltadas para a desinstitucionalização e transferência de presos.
- **IAPEN / SEOP:** devem realizar uma reunião técnica na próxima semana para alinhar cronogramas e responsabilidades relativas às reformas.
- **Comitê Gestor:** está em curso a consulta junto ao CNJ e ao Tribunal de Contas para verificar alternativas que acelerem as contratações, incluindo a possibilidade de dispensa de licitação para obras emergenciais.
- **GMF (Pará):** deve-se solicitar imediatamente o compartilhamento da tecnologia de BI (Business Intelligence) desenvolvida para a extração e visualização de dados do sistema prisional.
- **Judiciário / Defensoria Pública:** devem estabelecer um mecanismo permanente para identificar e priorizar casos urgentes de saúde, progressão de regime e transferências entre os detentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reunião encerrou-se com o consenso de que a **humanização do sistema prisional** não é apenas uma questão de direitos humanos, mas de segurança pública e eficiência administrativa. Ficou estabelecido que a solução para a superlotação e insalubridade exige:

1. **Profissionalização da gestão** e redução da burocracia estatal.
2. **Foco em empregabilidade**, seguindo o exemplo do Maranhão para reduzir a reincidência.

3. **Uso estratégico de dados** para tomadas de decisão rápidas.

A urgência das reformas estruturais nos pavilhões é a prioridade máxima para garantir a dignidade mínima no cumprimento das penas.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, agradeceu-se a presença e contribuição dos participantes e deu-se por encerrada a reunião, cuja Ata segue lavrada.

Débora Nogueira
Coordenadora Executiva do GMF
Secretária do Comitê de Políticas Penais

Imagens da reunião







Participantes

Lista de presença (2374707)



Documento assinado eletronicamente por **Debora da Silva Cardoso Nogueira**, Secretária de Comitê, em 13/04/2026, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2374653** e o código CRC **58D4EC19**.